

Mulinacci, Roberto

Velhos caminhos e novos horizontes : a descoberta do português brasileiro na gramaticografia italiana da língua portuguesa

Études romanes de Brno. 2025, vol. 46, iss. 2, pp. 341-351

ISSN 2336-4416 (online)

Stable URL (DOI): <https://doi.org/10.5817/ERB2025-2-25>

Stable URL (handle): <https://hdl.handle.net/11222.digilib/digilib.83327>

License: [CC BY-SA 4.0 International](#)

Access Date: 19. 12. 2025

Version: 20251215

Terms of use: Digital Library of the Faculty of Arts, Masaryk University provides access to digitized documents strictly for personal use, unless otherwise specified.

Velhos caminhos e novos horizontes. A descoberta do português brasileiro na gramaticografia italiana da língua portuguesa

Old Paths and New Horizons. The Discovery of Brazilian Portuguese in the Italian Grammar of the Portuguese Language

ROBERTO MULINACCI [roberto.mulinacci@unibo.it]

Università di Bologna, Itália

RESUMO

No âmbito de um projeto de pesquisa de maior alcance, visando - na esteira da fecunda intuição originária de Tarallo - a reconstrução da história da emergência do Português Brasileiro na produção de compêndios gramaticais de língua portuguesa publicados tanto no Brasil como no exterior, o presente trabalho pretende se debruçar sobre os primeiros tímidos indícios de variantes brasileiras na congênere gramaticografia italiana. De fato, a partir de três gramáticas da língua “portuguesa-brasileira” vindas a lume na Itália na primeira metade do séc. XX, a análise que aqui se apresenta não se limita a abordar os fenômenos que parecem paulatinamente dar corpo, às vezes de modo quase inconsciente, àquele espaço da diferença representado por um Português Brasileiro ali ainda em embrião, mas os lê também na contraluz das suas descrições em alguns estudos gramaticais e linguísticos produzidos (antes ou em seguida) no Brasil, contribuindo assim indireta e retrospectivamente para um diálogo inesperado e, sob certos aspectos, iluminador entre o passado e o presente desta variedade.

PALAVRAS-CHAVE

Português brasileiro; gramáticas da língua portuguesa; Itália; primeira metade do XX século

ABSTRACT

As part of a larger research project aimed - in the wake of Tarallo's original and fruitful insight - at reconstructing the history of the emergence of Brazilian Portuguese through the production of grammatical compendia of the Portuguese language published both in Brazil and abroad, this paper focuses specifically on the earliest, tentative signs of Brazilian variants within Italian grammatical works. Drawing on three grammars of the so-called “Portuguese-Brazilian” language published in Italy during the first half of the 20th century, the analysis presented here does not limit itself to looking at the phenomena that appear to be gradually - and at times almost unconsciously - shaping a distinct Brazilian Portuguese still in its embryonic form, but also considers these features in light of how they were described in various grammatical and linguistic studies produced in Brazil, both before and after the Italian texts. In doing so, it contributes

indirectly and retrospectively to an unexpected and, in certain respects, illuminating dialogue between past and present understandings of this linguistic variety.

KEYWORDS

Brazilian Portuguese; Portuguese language grammars; Italy; first half of 20th century

RECIBIDO 2025-06-24; ACEITO 2024-07-01

Pensar em história da língua portuguesa significará
para nós refletir sobre suas condições de funcionamento
e suas características de estruturação nos diversos
pontos do túnel em que aterrizaremos.
(Fernando Tarallo, *Tempos linguísticos*, 1990)

1. À guisa de introdução

“Uma viagem pelo túnel do tempo da língua portuguesa” (Tarallo, 1990, p. 26). Essa é a “aventura” a que nos convidava em 1990, na introdução da sua obra *Tempos Linguísticos*, aqui citada em epígrafe, um estudioso do porte de Fernando Tarallo. A ideia era que, “através de um constante ir e vir, do presente para o passado e de volta ao presente” (Tarallo, 1990, p. 26), talvez fosse mais fácil para nós não só observar as mudanças ocorridas, no sistema linguístico em tela, entre o final do século XIX (em que se dá, na opinião dele, a emergência de uma gramática brasileira bem claramente diferente, em termos estruturais, em relação à gramática portuguesa) e o final do século XX (em que essas diferenças estruturais sem dúvida se acentuaram, embora, eu diria, quase à revelia daquela gramática normativa que mesmo no Brasil continuava escamoteando tais diferenças), como também nos aperceber daquelas «formas residuais do passado mais remoto contracenando com formas inovadoras de um futuro» (Tarallo, 1990, p. 23) mais ou menos próximo e de cuja concorrência depende, afinal, a evolução de toda e qualquer língua.

E é justamente esse tipo de escavação do presente para o passado que eu gostaria agora de apresentar nas páginas seguintes, conquanto o túnel a ser escavado, dessa vez, não seja o túnel principal da variação da língua portuguesa e sim, com um alcance bem mais modesto, o túnel secundário da sua provisória codificação gramatical, levada a cabo, porém, no caso específico, fora das fronteiras oficiais da lusofonia, isto é, em um país terceiro como a Itália, que, a par de todos os demais países não-lusófonos, poderia fazer parte - por analogia com o modelo concêntrico de difusão do inglês desenvolvido por Kachru (1985) - do assim chamado Círculo de Expansão, onde o português é ensinado apenas como língua estrangeira.

Trata-se, é óbvio, de um posto de observação, que - para continuar com o paralelo de cunho kachruviano - além de ser dramaticamente periférico a respeito da realidade linguística do Círculo Interno da Lusosfera (Portugal e Brasil), se apresenta também aparentemente defasado em relação ao seu próprio objeto de estudo, cuja descrição, com efeito, se empreende ali, via de regra,

a partir de exigências descritivas que são irredutivelmente alheias àquelas das gramáticas publicadas em Portugal ou no Brasil. Mas, por paradoxal que pareça, talvez seja justamente essa condição ‘de segundo grau’ da gramaticografia italiana da língua portuguesa que pode se tornar quase uma espécie de mais-valia analítica face a certos fenômenos de mudança linguística, uma vez que as empreitadas descritivas entregues a falantes nativos nem sempre conseguem fugir aos inevitáveis condicionamentos pedagógicos, políticos e ideológicos inerentes a contextos sociais endonormativos.

Socorre-nos mais uma vez, neste ponto, Fernando Tarallo, o qual, em um trabalho posterior, de 1993, o celeberrimo “Diagnosticando uma gramática brasileira”, ao aventar a hipótese de que os novos traços gramaticais por ele apresentados viessem se processando bem antes da passagem do século XIX para o século XX, argumentava justamente que “as circunstâncias sociais antes da virada do século podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira comesse a escorrer sua própria tinta” (1993, p. 99). Entendamo-nos: não estou dizendo que as “circunstâncias sociais” de que o autor fala e que haviam constituído um entrave ao aparecimento das características sintáticas do português brasileiro sejam as mesmas com que se depara um gramático no ato de decidir ‘os submersos e os salvos’ da sua coleta de dados, mas isso não impede de dar conta também de outras circunstâncias sociais que agem a nível de gramatização de uma língua materna, como, por exemplo, a necessidade de construir um padrão linguístico supradialetal o mais possível unificado e centralizador, que seja capaz, inclusive, de servir de símbolo de identidade nacional, além de mero veículo de comunicação para todos os membros de uma determinada comunidade.

Desse ponto de vista, se a norma é uma força centrípeta de coesão social e a sua imposição é uma consequência da pressão da comunidade, visando a defesa da identidade cultural do grupo e a sua estabilidade, pode, então, não ser demasiadamente difícil imaginar o quanto tenha repercutido, também na ‘escola’ gramatical brasileira, essa preocupação “cívica” (para parafrasear a postura ultraconservadora de um gramático como Napoleão Mendes de Almeida¹) se superpondo, por vezes, às exigências realmente descritivas do português falado no Brasil e o quanto, pelo contrário, a gramaticografia italiana da língua portuguesa, isenta de tais preocupações institucionais, possa ter aproveitado, ao menos em tese - e apesar de todos os óbvios limites de uma sistematização gramatical epifenoménica e parcial como essa -, as vantagens de seu desvencilhamento dos problemas da normatização.

Com isso, não quero certamente reverter a perspectiva da análise historiográfica em apreço, a ponto de conferir um absurdo destaque especial aos compêndios gramaticais produzidos na Itália, mas apenas sugerir uma oportuna integração deles, mesmo que ectópica, ao corpus da gramaticografia ‘oficial’ da língua portuguesa, de que eles representam, claro, um braço menor, embora porventura não totalmente insignificante. De resto, é também a partir dali, por exemplo, que podemos tentar remontar à nascente daquele rio chamado *Português Brasileiro*, hoje em dia uma marca registrada cada vez mais importante na linguística românica e, sobretudo, “a reality of its own” (Wall & Kabatek, 2022, p. 2), já completamente autônoma em relação ao Português Europeu.

1 Estou me referindo, obviamente, ao Prefácio da sua *Gramática metódica da Língua Portuguesa*, em que Napoleão Mendes de Almeida (1969, p. 21) afirma que: “Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos. A língua é a mais viva expressão da nacionalidade”.

Se, de fato, conforme novamente lembrava Tarallo no artigo supramencionado, a língua é “um produto imaginário” (1993, p. 75) — e, ao mesmo tempo, digamos, do imaginário —, o objetivo de investigar a construção e a difusão de imaginários de língua, nesse caso da língua portuguesa, pode passar também pelo mercado editorial, onde, além dos autores e consumidores lusófonos, são também os seus homólogos estrangeiros que acabam por participar daquela acirrada discussão sobre a consciência da dualidade interna ao português, reproduzindo, inclusive ali no exterior, aquele conflito entre posicionamentos linguisticamente ‘progressistas’ e ‘conservadores’ que tem sido uma constante na história desse idioma no Brasil².

Nesse sentido, não é de se estranhar que a Itália se encontre, no tocante à língua portuguesa, como que na vanguarda de uma tradição gramatical que tem acompanhado bastante esse debate em torno de uma normatização divergente entre Portugal e Brasil, não raro tomando posição perante as duas opções, conquanto nem sempre de modo de todo consciente ou cientificamente fundamentado, a começar justamente da questão do nome da língua.

2. Do nome aos conteúdos: a «língua portoghese-brasiliana» na Itália

Com efeito, nomear uma língua e, para falar verdade, até a própria atribuição do rótulo de “língua” — Bagno (cf. 2011, p. 371) *docet* —, longe de ser um ato inocente, é um ato político, que contribui para a transformação dela em objeto cultural e social e não é por acaso, pois, que, ao longo da história do português, a *vexata quaestio* da própria denominação da variedade brasileira tenha representado uma parte relevante do discurso ideológico que tem levado, durante muito tempo, ao ostracismo dela (cf. Faraco, 2016, pp.161–171).

Pois bem, na Itália, pelo contrário - mesmo deixando aqui de lado, por razões de balizamento cronológico, apreciáveis iniciativas editoriais mais recentes, como aquela de Lanciani, Faria de Souza e Pippa, que intitularam seu manual de língua, em dois volumes, simplesmente *Corso di Brasiliano* (2015, 2016) — esse processo longo e trabalhoso de emergência de uma gramática brasileira se reflete em especial no nome, que, com algumas exceções, vai, praticamente desde o final do século XIX, começando a incorporar à denominação oficial de *língua portuguesa* também a sua componente brasileira devidamente hifenizada.

Pense-se, por exemplo, no *Primo Corso Completo di Lingua Portoghese-Brasiliana ad uso degli Italiani*, de autoria de Gaetano Frisoni — saído, pela primeira vez, em 1894 e depois sucessivamente reimpresso, a partir de 1898, sob o título de *Grammatica ed Esercizi Pratici della Lingua Portoghese-Brasiliana* —, ao qual se seguem, até aproximadamente meados do século XX, após o parêntese das “gramáticas elementares” da língua portuguesa (Palumbo, Parlagreco

2 Para maior explicitação, permito-me citar, a título de exemplo, um trecho de Mulinacci & Alonso (2024, pp.6–7): “Só que, enquanto os passos enormes dados, no Brasil, pela linguística desde 1970 em diante - com empreendimentos descritivos que já se tornaram marcos históricos como o Projeto NURC ou se converteram em verdadeiros “clássicos” da produção científica sobre a variedade local de Português como o volume de Roberts e Kato (1993) -, contribuíam para um enfoque cada vez mais preciso do assim chamado “vernáculo brasileiro” em contraposição à língua portuguesa decalcada do padrão europeu, os gramáticos autóctones, pelo contrário, continuavam, com poucas exceções, a repropor uma norma substancialmente unívoca de português, redimensionando as diferenças entre as duas variedades em função das suas semelhanças”.

e Tagliavini)³, a *Grammatica della lingua portoghese-brasiliana* de Arturo Fremura (Florença, 1947) e a *Grammatica Portoghese-Brasiliana in trentatré lezioni* de Erasmo Jocundo Bughy, publicada em Milão dez anos mais tarde, em 1957. E será justamente nesse trio de obras, de Frisoni, Fremura e Bughy, que vão se centrar as minhas reflexões, por serem, as gramáticas em pauta, as únicas - ao menos no período aqui sob análise (isto é, a primeira metade do século XX) — dispostas a trazer formalmente inscrito, no seio da noção de “língua portuguesa”, também o espaço da diferença brasileira, qualquer que seja o tipo de relacionamento teórico com ele.

Isso não significa, porém, que tal conjunto de textos esgote, no âmbito da gramaticografia italiana daquela época, a gama das abordagens do português brasileiro, oscilando, de fato, entre um reducionismo minimalístico de base contrastiva em relação à variedade europeia⁴ e uma sobregeneralização implícita das suas peculiaridades, assumidas amiúde como norma comum dos dois países, para não citar as obras que optam declaradamente pela variedade brasileira ao abrigo do rótulo de *língua portuguesa* e cujo espécime mais emblemático me parece o *Corso Pratico di Lingua Portoghese* de L. Lazzerini- L. Santa Maria jr. (Turim, 1949)⁵, que, mesmo não figurando, *et pour cause*, no meu *corpus* de referência, vai constituir sem dúvida uma útil pedra de toque.

Vale a pena ressaltar, contudo, que nem todas essas gramáticas mantêm o que parecem prometer no título, ou seja, uma real atenção para aquela vertente brasileira da língua que muitas vezes não passa de uma simples fachada, por trás da qual se escondem apenas boas intenções não realizadas ou pequenos indícios de uma diferença que termina por ser apagada debaixo de projetos não só desprovidos de adequadas concepções metodológicas (afinal, um traço bastante comum e previsível naquela época), como também pouco interessados em nuances culturais vinculadas a imaginários específicos e tidas como substancialmente incompatíveis com a finalidade prática desse tipo de aprendizado. Ora, porém, se, por exemplo, a alusão que Frisoni (1923, VII) faz, no proêmio da sua gramática, às “relações de negócios e aos laços de sangue” com o Brasil pode, afinal, coexistir sem problemas com a ideia de uma língua unitária, que ele chama de “doce idioma de Camões”(1923), resta saber se até um modelo de ensino básico desse gênero tem

3 Cf. Vito Domenico Palumbo, *Grammatica elementare della lingua portoghese*, Heidelberg, Giulio Groos, 1910; Carlo Parlagreco, *Grammatica elementare della lingua portoghese*, Milão, A. Vallardi, 1919; Carlo Tagliavini, *Grammatica elementare della lingua portoghese*, Heidelberg, Giulio Groos, 1938.

4 Cf. Frisoni (1923, p. 2): “La *e* finale quando è atona (...), perché anche seguita dalla *s* del plurale, suona sempre i; es.: *pae, verdade, dentes, mineraes*, pr. pái, verdádi, déntish, (1), mineráish. Ciò dicasi in quanto alla pronuncia brasiliana; i portoghesi pronunciano piuttosto una *e* con suono quasi atono (2)”. No que tange, em particular, à pronúncia das consoantes dentais /t/ e /d/ diante de [i], Belfort-Duarte & Almeida (2022, p. 263) destacam oportunamente que na gramática de Frisoni não se observa “indicação da possibilidade da realização regional como africada [dʒ] e [tʃ] (sic) nesse mesmo contexto”, explicando também que “a omissão do autor quanto aos aspectos citados pode ser motivada pelo fato de que o aprendiz falante de italiano em início de aprendizagem não encontraria correspondência com sons de sua L1”. Deixando de lado a questão se a palatalização de /t/ e /d/ - novas fora o erro de transcrição fonética, [tʃ] no lugar de [tj] - possa ser considerada uma “realização regional”, sendo, de fato, e não apenas desde hoje, um traço de sinal absolutamente contrário (definido, não à toa, por Telles et al., 2025, p. 77, na esteira de Noll, 2008, p. 67, “um fenômeno suprarregional em PB”), enquanto falante nativo de italiano posso porém desmentir que a africativização brasileira não tenha equivalentes na minha língua, haja vista que o italiano é o idioma românico com o maior número de sons africados (4) e que os alofones pré-palatais do PB acima citados correspondem exatamente aos fonemas pós-alveolares da minha língua /tʃ/ e /dʒ/.

5 Cf. Lazzerini & Santa Maria jr. (1949, p. 4): “Rimane da aggiungere che dato lo scopo pratico della grammatica – emigrazione, commercio – si è tenuto soltanto presente l’uso corrente brasiliano, senza alcun accenno al portoghese di Portogallo, né odierno né classico”.

o direito de não fornecer nenhuma informação, igualmente básica, a respeito dos dois países, Portugal e Brasil, homologados sob a insígnia desse compartilhamento linguístico⁶.

Mas se, portanto, o duplo rótulo (*lingua portoghese-brasiliana*) dessas gramáticas italianas não garante automaticamente um processo de conscientização da existência de variantes entre o português de Portugal e do Brasil, ainda que implicitamente pareça o pressupor, algumas variantes brasileiras, não obstante tudo, vão sorratamente tomando corpo ao longo dos textos, quase, por assim dizer, à revelia dos seus autores, tanto em lugares tradicionais da descrição linguística — como, por exemplo, a ortoépia, decalcada, na maioria das obras supracitadas, do padrão lusitano —, quanto através das seções de exemplos, complementando e, de vez em quando até contradizendo, a enunciação das regras.

No tocante à opção (ainda que minoritária) desses compêndios pela pronúncia brasileira do português, cujos traços mais significativos, no fundo, consistem essencialmente no timbre das vogais átonas — em particular do “e”, o qual, em final de palavra, conforme indicam Frisoni e os seus colegas, “soa sempre “i””⁷ -, cabe observar, de saída, que não se trata de uma opção baseada em critérios de maior pertinência descritiva e sim, antes, na lógica de uma maior facilidade de aquisição daquela pronúncia por parte de itálofonos⁸. Não admira, pois, que a *Grammatica portoghese-brasiliana in trentatré lezioni* de Bughj, apesar de ser a única representante dessa corrente integralmente ‘brasilianista’, não faça, por exemplo, a menor menção àquela palatalização da oclusiva dental [t] diante de [i] que é tida como um fenômeno marcante da fonética brasileira, não só atual⁹, segundo demonstram, aliás, também os próprios Lazzerini e Santa Maria, dedicando uma parte da terceira lição de pronúncia da sua gramática exatamente a ele.¹⁰

6 É paradigmático o exemplo da gramática de Fremura, que, depois de ter rotulado, no título, o seu objeto de estudo como “lingua portoghese-brasiliana”, se limita - na *Avvertenza* (=Aviso) colocada na página inicial do livro - a chamá-la simplesmente de “portuguesa”, furtando-se portanto a qualquer esclarecimento prévio inerente ao uso anterior do adjetivo “brasileiro”, incluindo, obviamente, qualquer tipo de contextualização geográfica.

7 É interessante, mais uma vez, o comportamento da gramática de Fremura, que, embora se paute, em geral, pela norma - mesmo não declarada - do português europeu, parece apontar, nesse caso, para um modelo de pronúncia, em tese, bastante mais próximo do brasileiro, segundo se lê no trecho seguinte (p. 12): “Le vocali si pronunciano pressa a poco come in italiano, salvo la e e la o che quando sono in fine di parola suonano rispettivamente *i* e *u* sorde”. Só que a indicação dessa pronúncia “surda” do [i] talvez esclareça um pouco o sentido daquela realização híbrida do *e* final, entre [i] e [e], sendo, pois, o resultado tão-só de uma descrição fonética aproximativa da pronúncia lusitana mais do que uma aparentemente indevida concessão à pronúncia brasileira.

8 Cf. Bughj (1983, p. 1): “La pronuncia insegnata, e quella figurata (tra parentesi quadre), è quella brasiliana, più facile della portoghese. Entrambe però sono fondamentalmente analoghe, le loro differenziazioni possono infatti considerarsi sfumature”. Vale a pena ressaltar que esse critério da maior facilidade da pronúncia brasileira em relação à lusitana é, aliás, retomado também por um famoso foneticista contemporâneo, Luciano Canepari (2010, pp. 27–28), que propõe justamente como objetivo didático mínimo, para aprendizes italianos de português, a aquisição dessa pronúncia “internacional”, sendo, na verdade, uma espécie de versão neutra, ou melhor, neutralizada, da brasileira.

9 Cf. Noll (2022, p.122): “The affrication of /t/ and /d/ in front of [i] (*tio* [ˈtʃiu] e *dia* [ˈdʒia]) is probably the most salient feature of BP pronunciation and is part of the non-defined standard. (...) None of the 19th century writings on grammar mentions it at that time. In the 1940s, Brazilian teachers tried to eradicate affrication. Transcription in BP dictionaries does not usually mark it. Considering its vast expansion nowadays, we may assume the process started in the 19th century”.

10 Cf. Lazzerini & Santa Maria jr. (1949, pp. 8): “T: si pronuncia come in italiano, a meno che non sia dinanzi alla *i* o alla *e* con suono di *i*, in tal caso acquista un suono dentale particolare, che si ottiene poggiando la lingua sui denti superiori mentre si pronuncia la *t*. In pratica risulta un suono intermedio fra la *t* e la *ci*”. Infelizmente, todavia, essa descrição bastante acurada da africativização no português brasileiro tem o defeito de ser incompreensivelmente parcial, uma vez que dispensa levar em conta a oclusiva dental sonora /d/, submetida ao mesmo processo.

E é, então, bastante interessante que, independentemente da concreta relevância ou não dessa variante em função de uma normatização divergente do português brasileiro, a presença da realização palatal de /t/ entre as regras de pronúncia do *Corso pratico di lingua portoghese* acabe não somente por evidenciar as lacunas descritivas do compêndio de Bughy, como chegue inclusive a preencher aquelas da gramaticografia brasileira contemporânea, cujo tratamento das questões fonéticas se limita, pelo visto¹¹, a uma classificação dos sons estereotipada e de teor muito geral, para não dizer até reticente em relação aos aspectos idiossincrásicos da fala nacional.

De resto, se fosse realmente verdade que a palatalização em apreço é um fenômeno “relativamente recente no português brasileiro, tendo sido implementado, possivelmente, na década de 1950, nos centros urbanos” (Silva et al., 2012, p. 63), seria difícil explicar a sua inclusão, embora parcial, em um manual didático italiano de 1949, que evidentemente, como todos os manuais de língua estrangeira do mundo, trabalha com elementos linguísticos sincrônicos e, via de regra, já bem documentados, além de pertencentes, em sua maioria, à norma-padrão ou, pelo menos, à norma culta legitimada pelo uso vigente. Pode ser, todavia, que o silêncio da *Grammatica* de Bughy acerca da ocorrência de africadas no português falado no Brasil, longe de se configurar como uma falha na descrição daquele sistema fonológico, seja, ao contrário, o resultado de uma escolha consciente do autor, na esteira da postura prescritiva dos gramáticos brasileiros da sua época, tentando barrar o caminho à linguagem oral ou aos fatos de variação não totalmente aceitos — nem compartilhados — pela coletividade (cf. Cavaliere, 2014, pp. 16–17).

De qualquer maneira, muito mais do que nas seções ortoépicas dos vários compêndios, as verdadeiras áreas críticas da língua portuguesa observadas pelo ângulo da abordagem gramatical italiana — isto é, áreas em que vai se insinuando, às vezes de forma quase semiclandestina, o embrião de uma gramática brasileira com traços diferenciais a respeito da lusitana — concentram-se, principalmente, em torno de dois *topoi* da literatura científica sobre o tema, a saber, os clíticos, cuja colocação em ênclise ou em próclise representa o tradicional pomo da discórdia linguística entre Portugal e Brasil, e também as construções perifrásticas, combinando o auxiliar com as formas nominais do verbo pleno.

Pois bem, no que concerne às modalidades de cliticização, para a direita ou para a esquerda, à exceção do essencial resumo da casuística distribucional levado a cabo por Arturo Fremura, tendo, no entanto, como horizonte de referência o português europeu, registra-se de vez em quando, nas demais gramáticas, uma oscilação dos padrões de colocação que não está sintaticamente determinada e que, ao contrário, parece remeter a parâmetros de variação de ordem predominantemente diatópica, ainda que nem sempre explicitados.

Veja-se, em especial, a alternância um tanto arbitrária de ênclise e próclise adotada, em contextos oracionais parecidos, quer por Frisoni quer por Bughy, no âmbito dos exercícios que acompanham as suas propostas de aprendizagem linguística:

11 Com efeito, estando voltadas principalmente para a diacronia e continuando, segundo a tradição, a estribar-se na língua literária, nenhuma das mais importantes gramáticas de português publicadas no Brasil na primeira metade do século XX — isto é: Eduardo Carlos Pereira, *Grammatica Expositiva* (1907), Said Ali, *Grammatica secundária da língua portuguesa* (1923), João Ribeiro, *Grammatica portugueza: curso superior*, 22ª ed. inteiramente refundida (1933), Napoleão Mendes de Almeida, *Gramática Metódica* (1943), Francisco da Silveira Bueno, *Gramática normativa da língua portuguesa* (1944) — se tem debruçado de modo satisfatório sobre a autêntica pronúncia brasileira.

- (1) Elle me conhece. Ella nos respeita. (Frisoni 1923, p. 87)
- (2) Eu engano-me. Tu te enganas. Elle engana-se. Nós nos enganamos. Vós vos illudis. Elles, ellas lembravão-se de ti. (Frisoni, 1923, p. 88).
- (3) Me emprestará seu dicionário? Emprestar-to-hei amanhã. (Frisoni, 1923, p. 88).
- (4) Eu lhe tinha falado, mas ela esqueceu-se das minhas palavras. (Bughÿ, 1983, p. 66)
- (5) A senhora me deu esta boa notícia, e eu fico-lhe muito obrigada. (Bughÿ, 1983, p. 66)
- (6) O governo nomeou-o general e deu-lhe o comando dos exércitos nacionais. (Bughÿ, 1983, p. 66)
- (7) Nós trabalhamos e as nossas mulheres se divertem. (Bughÿ, 1983, p. 66)

Qual, afinal, a lógica que preside a essa diferente posição enclítica e proclítica dos pronomes nos exemplos supramencionados? Por que “Eu engano-me” mas “Tu te enganas” ou “Me emprestará seu dicionário” — com uma estranha supressão do artigo determinativo, que o português europeu normalmente não prevê — mas “Emprestar-to-hei amanhã”? E qual a razão que leva os clíticos a se apresentarem em aparente variação livre também em certas orações coordenadas, tornando formalmente equivalentes “A senhora me deu esta boa notícia, e eu fico-lhe muito obrigada” e “O governo nomeou-o general e deu-lhe o comando dos exércitos nacionais”, onde a próclise e a ênclise da primeira oração se contrapõem à dupla ênclise da segunda? Infelizmente, porém, tais perguntas são destinadas a ficar sem resposta, dado que — diferentemente do que faz Fremura (1947, pp. 40–41), resumindo pelo menos com sintética clareza, à falta de grande precisão analítica¹², alguns dos princípios gerais que estão associados a cada uma dessas duas ordens de colocação pronominal (sem se esquecer sequer da mesóclise) — nem Frisoni nem Bughÿ oferecem explicações suficientes para justificar esse comportamento incoerente dos clíticos, contentando-se, ambos os autores, em sugerir, no máximo, algumas vagas preferências posicionais ao invés de um conjunto de regras fixas.¹³

Mas se todas as gramáticas brasileiras da primeira metade do século XX, da de Pereira à de Almeida, apontam a ênclise como modalidade padrão de cliticização, embora sublinhem também que não são infrequentes no Brasil os desvios à regra¹⁴, no sentido de tendências anti-normativas

12 Veja-se, como exemplo dessa vagueza explicativa de Fremura (1947, p. 40), a descrição das três possíveis posições do pronome oblíquo em relação ao verbo e que, no caso da sua anteposição e posposição (“O menino se feriu = il bambino si ferì” *versus* “O menino feriu-se = il bambino si ferì”), não tendo sido precedida de qualquer indicação sobre o posicionamento tido em português como normal ou preferencial, impede o aprendiz italiano de utilizar de modo pedagogicamente eficaz aquela sucinta e particular casuística que, logo a seguir, deveria esclarecer as razões da opção pela próclise ou pela ênclise, mas que, fora daqueles poucos casos expressamente listados, acaba por não ter nenhuma serventia. Em suma: de que servem as exceções às regras da próclise ou da ênclise, se não há uma regra geral que justifique, sintática ou pragmaticamente, o uso de uma ou de outra na maioria dos contextos oracionais (por ex., em frases declarativas afirmativas como as supramencionadas)? Sem considerar que, ao tratamento parcial dado à normatização da colocação pronominal, Fremura acrescenta, nas mesmas páginas da sua gramática, também um tratamento contraditório, contrapondo a obrigatoriedade da próclise e da ênclise (1947, p. 40: “*Devono* [o itálico é meu] *essere proclitici*” e 1947, p. 41: “*Devono essere enclitici*”) à facultatividade da mesóclise (1947, p. 41: “*Possono* [o itálico é meu] *essere mesoclitici con il futuro dell’indicativo e con il presente del condizionale...*”).

13 Cf. Frisoni (1923, p. 86): “I pronomi di questa colonna [*os pronomes dativos: *me nos te vos lhe lhes*] ordinariamente precedono il verbo e al futuro e al condizionale pongonsi tra la radicale e la desinenza”; cf. Bughÿ (1983, pp. 64–65): “Questi pronomi: *me te o a se nos* [nus] *vos* [vus] *os* as possono anche posporsi al verbo, unendogli con una linetta: *vejo-a* [vesgiua], la vedo, *ama-nos* [àmanus] ci ama”. E acerca dos pronomes indiretos ele acrescenta, mais uma vez: “Possono seguire il verbo; *dou-lhe* [dóglie] gli dò, le do”.

14 Cf. Pereira (1907, p. 241): “E sendo assim, claro é que a collocação dessas particulas na phrase deve divergir entre escriptores brasileiros e portuguezes, visto ser sensível a differença da phonetica ou prosodia do Brasil e

rumo à próclise, resulta daí que as indicações ambíguas de Frisoni e sobretudo a implícita opção de Bughÿ em favor da colocação pré-verbal dos pronomes terminam indiretamente por abrir um pouco as portas, na Itália, àquela variedade americana do português que continuava a ser tão estigmatizada na sua pátria de origem.

Algo análogo, *mutatis mutandis*, acontece também com as perífrases verbais, cujo inventário italiano se restringe, de fato, à distinção entre as perífrases com infinitivo e aquelas com gerúndio. E, entretanto, não é de se estranhar que, inclusive em um texto mais voltado para o português europeu tal como o de Fremura, a exemplificação do aspecto progressivo seja entregue justamente à construção gerundiva¹⁵, a qual, mesmo sendo a mais antiga e tendo sido usada também em Portugal até o século XIX (cf. Mothé, 2006), havia já adquirido, na gramaticografia da língua vernácula do Novecentos, um estatuto de variante geográfica tipicamente brasileira.

Para tal fim, vou citar de novo um trecho da *Gramática metódica* de Mendes de Almeida (1969, p. 223), onde se pode ler o seguinte:

O verbo *estar*, seguido da preposição *para* e um verbo no infinitivo, indica proximidade de ação: “O trem *está para partir*”. Seguido da preposição *a* e um infinitivo, o verbo *estar* indica às vezes começo de ação: “O trem *está a partir*”; em tal caso, o infinitivo e a preposição podem ser substituídos pelo gerúndio: “O trem *está partindo*”. Note-se que esta maneira - *está partindo, está fazendo*, etc. - é a mais comum no Brasil, sendo a primeira - *está a partir, está a fazer, está a cantar*, etc. - a que se usa em Portugal.

Se agora compararmos o alcance desta informação, por sinal confirmada pelos próprios Lazzerini e Santa Maria jr. (1949, p. 49)¹⁶, com o seu reaproveitamento na restante bibliografia do nosso *corpus*, veremos que, enquanto Frisoni (1923, p. 118)¹⁷ se baseia provavelmente na tradição gramatical do passado, propondo, por conseguinte, o gerúndio como única forma possível de construção perifrástica com valor imperfectivo, Bughÿ (1983, p. 112)¹⁸, pelo contrário, dá a impressão de acompanhar o progressivo avanço da estrutura *a + infinitivo*, não se limitando tão só a registrar a sua possibilidade de ocorrência no português coevo, mas atribuindo a ela também

de Portugal. Algumas regras que em seguida damos são extrahidas do uso dos classicos portuguezes, e pouco observadas, em geral, pelos escritores brasileiros”; cf. Said Ali (s.d., p. 279): “A pronuncia brasileira diversifica da lusitana; d’ahi resulta que a collocação pronominal em nosso falar espontaneo não coincide perfeitamente com a do falar dos portuguezes. Quanto ao uso observado em escriptores lusitanos, formularemos algumas regras praticas, applicaveis em parte também ao idioma do Brasil”. Ambos os textos foram citados na grafia original.

15 Cf. Fremura (1947, p. 94): “In portoghese sono usati dei verbi come ausiliari di altri verbi all’infinito o al gerundio per modificare il significato di questi ultimi. [...] Eccone ora alcuni altri: *estar, tornar, andar, ir e vir*. Il significato che prende il verbo accompagnato da questi ausiliari, si vede dagli esempi: *Está comendo, estava fallando* = Sta mangiando, stava parlando”.

16 Cf. “*Estar* è usato nelle seguenti forme: [...] c) col gerundio, dando origine alla forma progressiva. Esempio: *estou andando*, mi sto incamminando”.

17 Cf. “a) L’ausiliario *ser* preposto al participio passato forma i verbi passivi; b) il verbo *estar* seguito dal gerundio serve a formare un verbo attivo che esprime una maniera di essere o una azione momentanea. Esempi: b) *Estou fallando* Sto parlando; *Elle estava lendo* Stava leggendo”.

18 Cf. “Esistono verbi che, pur non essendo ausiliarii in senso assoluto, concorrono a formare tempi composti. Tra essi notiamo *estar*, stare, trovarsi; *andar*, andare, stare; *ir*, andare; *ficar*, rimanere. Adoperati col gerundio del verbo coniugato, formano tempi continuativi, p. es.: *a que hora está você almoçando?* a che ora fai colazione? *estive escrevendo até agora*, scrissi fino ad ora; *anda dizendo mal dos seus amigos*, sta sparlando dei suoi amici”.

um matiz de significado diferente (o valor de iminência da ação contraposto ao de atualidade)¹⁹, embora, afinal, mesmo sem chegar a sancionar nenhum uso linguístico exclusivo, acabe implicitamente por secundarizá-la em relação à estrutura concorrente.

3. Tirando as conclusões

E é, portanto, assim, no meio de equívocos, reticências, escamoteações ou da simples impropriedade teórica desses seus pioneiros ‘descobridores’ aloglotas, que o português brasileiro, mesmo desprovido de qualquer marca de identificação e até, não raro, sob a aparência de uma pura virtualidade latente, vem gradativamente tomando vulto nas dobras das gramáticas italianas de língua portuguesa da primeira metade do século XX.

A sua fisionomia é ainda apenas esboçada, imprecisa, híbrida, mas parece já prefigurar aquele reconhecida variedade, cuja lenta, e todavia inexorável, autonomização relativamente ao português europeu teria até levado – como vimos em alguns dos nossos instrumentos didáticos mais recentes (cf. Lanciani et al., 2015–2016) – à mudança do nome, o famoso *brasiliano*, sem tirar nem pôr.

Para chegar lá, porém, faltava escavar mais um pedaço daquele túnel do tempo chamado *língua portuguesa*...

Referências bibliográficas

- Almeida, N. M. ([1943] 1969). *Gramática metódica da língua portuguesa* (22ª ed.). Edição Saraiva.
- Bagno, M. (2011). O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. In X. C. Lagares & M. Bagno (Orgs.), *Políticas da norma e conflitos linguísticos* (pp. 355–387). Parábola Editorial.
- Belfort-Duarte A. L. & Almeida, P. M. C. De (2022). A pronúncia figurada na Grammatica Portoghese-Brasiliiana, de Gaetano Frisoni (1898). In V. Meireles & M.d. S. M. Vieira (Orgs.), *Variação e ensino de Português no mundo* (pp. 249–271). Blucher.
- Bughy, E. J. ([1957] 1983). *Grammatica Portoghese-Brasiliiana in trentatré lezioni. Per corsi accelerati e per autodidatti* (2ª ed.). Ulrico Hoepli Editore.
- Canepari, L. (2010). *Pronuncia portoghese per italiani*. Aracne.
- Cavaliere, R. (2014). *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Lexicon.
- Faraco, C. A. (2016). *História sociopolítica da língua portuguesa*. Parábola Editorial.
- Frisoni, G. ([1898] 1923). *Grammatica ed esercizi pratici della lingua portoghese-brasiliiana (col testo completamente accentato e la chiave dei temi per imparare senza l'aiuto del maestro)* (4ª ed., migliorata ed accresciuta di una serie di dialoghi). Ulrico Hoepli.

19 Cf. 1983, p. 84: “*Estar*, seguido da gerúndio indica attualità dell’azione: *elas estão saindo*, esse stanno uscendo = esse escono. [...] *Estar a*, seguido da verbo all’infinito esprime imminenza d’azione: *está a sair*, è lì lì per uscire. Se però l’infinito è di un verbo la cui azione non sia istantanea come quella di uscire, ma si prolunga nel tempo, come dormire, cantare, mangiare, ecc., allora rende la continuazione dell’azione, sia attuale che passata: *está a escrever*, sta scrivendo, *estava a berrar*, stava gridando”.

- Fremura, A. (1947). *Grammatica della lingua portoghese-brasiliana. Prima parte - Corso elementare*. Felice Le Monnier.
- Kachru, B. (1985). Standards, codification and sociolinguistic realism: the English language in the Outer Circle. In R. Quirk & H. Widdowson (Eds.), *English in the World: Teaching and Learning the Language and Literature* (pp. 11–36). Cambridge University Press.
- Lanciani, G., Faria, C. V. de S., Pippa, S. (2015). *Corso di brasiliano* (vol. 1). Milano: Hoepli.
- Lanciani, G., Faria, C. V. de S., Pippa, S. (2016). *Corso di brasiliano* (vol. 2). Milano: Hoepli.
- Lazzerini L. & Santa Maria L. jr. (1949). *Corso pratico di lingua portoghese. Lezioni per la “Radio Italiana”*. Edizioni Radio Italiana.
- Mothé, N. G. M. (2006). Gerúndio versus Infinitivo gerundivo: Brasil e Portugal em contraste nos séculos XIX e XX. *Estudos lingüísticos*, XXXV, 1554–1563.
- Mulinacci, R. & Alonso, K. S. B. (2024). De elefantes, jabutis e outros bichos: o Português Brasileiro em diálogo com a língua portuguesa e a italiana. *Revista Linguística*, 20(2), 6–15.
- Noll, V. (2008). *O português brasileiro. Formação e contrastes*. Globo.
- Noll, V. (2022). Historical phonetics and phonology. In J. Kabatek & A. Wall (Eds.), *Manual of Brazilian Portuguese Linguistics* (pp. 113–131). De Gruyter.
- Pereira, E. C. (1907). *Grammatica expositiva*. Weiszflog Irmãos.
- Said Ali, M. [1923] (s.d.). *Grammatica secundaria da lingua portugueza*. Companhia Melhoramentos.
- Silva, T. C., Barboza, C., Guimarães, D. & Nascimento, K. (2012). Revisitando a palatalização no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, 20(2), 59–89.
- Tarallo, F. (1990). *Tempos lingüísticos*. Editora Ática.
- Tarallo, F. (1993). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além mar ao final do século XIX. In I. Roberts & M. Kato (Orgs.), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo* (pp. 69–102). Editora da Unicamp.
- Telles, C.M., Hora, D. da & Battisti, E (2025). Mudança fonológica no português brasileiro: o que o passado pode dizer sobre o presente. In M.A.R. Martins, I. L. Coelho & P. Osório (Orgs.), *História do Português Brasileiro. Trajetórias e perspectivas* (pp. 57–93). De Gruyter.
- Wall, A. & Kabatek, J. (2022). Introduction: the state of the art in Brazilian Portuguese linguistics. In J. Kabatek & A. Wall (Eds.), *Manual of Brazilian Portuguese Linguistics* (pp. 1–21). De Gruyter.



This work can be used in accordance with the Creative Commons BY-SA 4.0 International license terms and conditions (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode>). This does not apply to works or elements (such as images or photographs) that are used in the work under a contractual license or exception or limitation to relevant rights.